

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, GUERRA E ALIANÇAS ENTRE ÍNDIOS E BRANCOS NA ARGENTINA (1852-1861)

Gabriel Passetti

Mestrando em História Social/USP – Bolsista Fapesp

Esta apresentação expõe resultados parciais da pesquisa de mestrado “Consolidação do Estado Nacional e etnocídio na fronteira sul argentina (1852-1885)” auxiliada por bolsa da Fapesp.

Em meados do século XIX, ao sul do território argentino, uma linha fronteira¹ partia de Bahia Blanca, na costa de Buenos Aires, passava em arco até Santa Fé e atravessava em linha paralela até o Chile, cruzando as Províncias de Córdoba, San Luis e Mendoza. Esta zona era caracterizada por um grande fluxo comercial, cultural e demográfico entre os lados genericamente denominados “brancos” e “índios”.

Historicamente foram construídas duas versões acerca destas relações. A primeira, defendia que a ação militar, *civilizatória* e povoadora do Exército era central, em contraposição aos indígenas *selvagens* e hostis. A segunda versão procurava mostrar a dizimação das populações indígenas em decorrência do expansionismo *branco*. Ambas montaram sistemas nos quais havia dois grupos em oposição. Contrapondo-se a estas linhas historiográficas, se considera que não é possível tal simplificação. Os caciques compreenderam o jogo político, participaram das lutas que definiram seu presente e elaboraram planos concretos e argumentados para a defesa de suas autonomias. Lutaram com e por seus aliados, mas perderam ou foram traídos. Foram forças políticas e comerciais importantes, porém derrotadas.

Militares, colonos, pecuaristas e comerciantes – pelo lado *branco* – e caciques, *caciquillos*, *maloneros* e cativos – a partir dos *índios* – pertenciam a sociedades nas quais as relações entre estes opostos eram mais próximas do que historicamente se defendeu. Havia ódio e preconceito de ambos os lados, mas os interesses estratégicos, além dos cotidianos superavam tal rivalidade. Militares aprenderam a conviver com as invasões

indígenas, colonos se adaptaram à tensa vivência nos campos, pecuaristas e comerciantes descobriram como lucrar com as invasões, as necessidades dos militares e o comércio indígena. Os *índios* aprenderam a lidar com as incursões militares, a conviver com exilados políticos e desertores *brancos* e a escrever. Descobriram grandes oportunidades nos negócios envolvendo o comércio de gado roubado, além dos lucrativos tratados de paz e de como lidar com as oposições político-militares entre os grupos dirigentes *brancos*.

O início do século XIX foi marcado pelo processo de “araucanização” dos pampas, decorrência da pressão do Estado Chileno sobre os territórios até então praticamente intocados das etnias da Araucania. Com este avanço, uma importante parcela populacional de tais grupos, que constantemente atravessava a Cordilheira para comercializar, migrou para a Argentina, se miscigenando com as etnias ali existentes, introduzindo a centralização política do cacicado e o modo de vida guerreiro. A partir da adoção do uso do cavalo, as incursões em terras *brancas* foram facilitadas, o que gradativamente modificou as sociedades indígenas, que passaram a depender das invasões e do comércio deles decorrente em oposição à tradicional caça e coleta.

No período, no sul da Argentina, havia duas Confederações Indígenas que se destacavam: a “Confederação de Salinas Grandes” de *índios* provenientes da Araucania, liderados pelo cacique Calfucurá, e outra, que se opunha diplomática, mas não militarmente, à primeira, a “Confederação de Leuvucó”, da etnia Ranquel – uma miscigenação entre os Mapuche e os Tehuelche –chefiada pelos caciques Calbán e Pichun. Próximo a Buenos Aires, vivia Catriel. Da etnia Pampa, seu grupo se aproximou politicamente dos portenhos.

Após o fim do governo de Juan Manuel de Rosas, em 1852, o cisma político entre a Província de Buenos Aires e a Confederação Argentina liderada por Justo José de Urquiza levou os principais caciques a procurarem ambos os governos em busca de tratados. Os portenhos não reconheceram os caciques como políticos iguais aos *brancos* e afirmaram que não continuariam com as relações como seguidas por Rosas. Para eles, o contato entre *índios* e *brancos* deveria se dar de forma desequilibrada, com os primeiros sendo *civilizados* pelos segundos. Já o governo confederado, ofereceu patentes militares, reconhecimento

territorial e bens materiais em troca da paz com a Confederação e de ataques à Província de Buenos Aires.

A partir da assinatura dos tratados de paz, os governos procuraram atribuir formas políticas ocidentais à organização política indígena e personificar o poder político para melhor compreendê-lo e controlá-lo. Ao responsabilizar diretamente o cacique pelas atitudes de todos os índios de sua etnia, o *branco* inseria a liderança indígena dentro de um sistema representativo que não encontrava base na tradição que o legitimava, tornando-o, também, *civilizado* e *vitrine* para os demais. Não foram raros os casos em que o discurso *branco* foi incorporado por estes líderes indígenas, em especial no tocante à educação, ao trabalho e à organização social.

Considerando os Mapuche como *chilenos* em virtude de seu nascimento, os legisladores elaboraram tratados que, além da segurança fronteiriça, também inseriam juridicamente aquelas terras na esfera *argentina*. Apesar de permanecerem sob o controle indígena, elas passavam a corresponder juridicamente à esfera nacional argentina, o que desestimulava o assédio chileno.

As negociações envolvendo a assinatura de diversos tratados durante o ano de 1854 explicitam a força dos caciques frente aos grupos em disputa pelo poder *branco* e a consciência que estes líderes indígenas tinham deste processo.

Nos primeiros momentos, Calfucurá, que concentrava grande força política e militar, procurou manter relações amistosas, mas não comprometidas, com ambos governos, enquanto aguardava uma definição do quadro político. Enviou a mesma proposta a ambos governos e procurou comparar as respostas para definir qual a mais vantajosa. Ao fim, escreveu a Buenos Aires para esclarecer que “queria ser amigo de Urquiza para lutar contra o governo, para que Urquiza governasse Buenos Aires”². Assim, explicitou sua força política e militar e a potencializou para uma eventual proposta de paz portenha, consciente do temor de Buenos Aires relativo à sua aliança com Urquiza.

A correspondência entre o Ranquel Calbán e o Governador de Córdoba apresentava o “*¡Viva la Confederación!*”, característico da documentação oficial confederada daquele

período. O cacique mostrou conhecer as práticas políticas *brancas* e procurou cativar apoio, se inserindo no patamar do *restante* da Confederação. Apresentando-se como igual, reconheceu a autoridade *branca* para que esta também reconhecesse a sua.

A Urquiza e seu grupo, apesar de custosa e duvidosa, a aliança com as etnias do sul possibilitava a paz na fronteira e a desestabilização de Buenos Aires. Para conquistar tal força, cederam mantimentos, armas e cargos, mas obtiveram em troca preciosos tratados.

Se é possível afirmar que a diplomacia confederada foi extremamente eficaz ao conseguir atrair as forças dos Ranquel e de Calfucurá, os negociadores indígenas foram igual ou ainda mais eficientes ao manobrar com as rivalidades entre a Confederação e Buenos Aires e potencializar suas forças. Os interesses dos caciques ultrapassavam as vantagens materiais. Ao aliarem-se à Confederação, evitavam as incursões do exército a seu território, conseguiam a autorização para atacar vastas e ricas áreas – Província de Buenos Aires – passavam a ser reconhecidos como forças políticas, defendiam o acesso a suas terras e procuravam adquirir alguns *avanços da civilização*, como técnicas de trabalho. Ao contrário de uma manipulação de Urquiza, o que se observa é a conjugação dos interesses de ambos os lados contra um inimigo comum: enquanto aos *brancos* interessava a desestabilidade da produção de Buenos Aires, aos *índios* era fundamental a manutenção de uma área livre para os saques e proteção a seus *toldos*.

À medida em que a pressão indígena era excessivamente forte para ser combatida paralelamente à guerra contra Buenos Aires, o governo confederado cedeu às exigências indígenas sem, no entanto, deixar de se incomodar com os termos e o transcorrer da negociação. A documentação explícita a pressão exercida pelos indígenas para a obtenção dos acordos. Em 19 de junho de 1854, foi redigida uma carta ao Governador de Córdoba na qual o Ministério da Guerra e Marinha instruiu sobre a negociação dos tratados, afirmando que estava comprando a paz com os mesmos recursos que seriam gastos na repressão aos indígenas. Sentindo-se usurpado, o Ministério via nos tratados uma forma de gastar quantia semelhante de recursos sem ter que deslocar soldados, ainda conseguindo desestabilizar o inimigo *branco*.

Com as forças unidas para atacar Buenos Aires, os confederados não precisavam se preocupar com as invasões e assistiam à desestabilização econômica dos portenhos. Os *índios* tinham autorização para realizar lucrativos saques a Buenos Aires, além de mercados para a venda do gado roubado e o reconhecimento de sua força e autonomia. As informações passadas pelos militares da Confederação aos caciques eram vitais à manutenção dos tratados, assim como dados obtidos pelos indígenas repassados aos confederados também contribuía para a paz nos *boldos* e na fronteira, comprometendo a segurança em Buenos Aires.

Apesar da paz e das boas relações, os caciques não estiveram desatentos aos planos expansionistas da Confederação. Em janeiro de 1855, o Governador de Córdoba apresentou planos de instalar um posto militar sobre o rio Quinto. Um mês e meio depois, chegou à cidade de Rio Cuarto o cacique Epumer, irmão de Calbán. Segundo o comandante local, o líder indígena foi claro ao comentar estes planos e declarar que seria praticamente impossível conter roubos à região do rio Quinto. O recado era explícito e parece ter sido compreendido: o avanço *branco* deveria parar.

Seguidas e cada vez maiores, as invasões atingiram o objetivo de desestabilizar internamente a província de Buenos Aires, que começou a ceder e negociar melhores condições aos caciques. A população da fronteira, inquieta diante da passividade do governo, passou a rebelar-se como podia – nas convocações para a Guarda Nacional – , mostrando confiar mais na defesa de sua própria propriedade do que na segurança comandada pelo governo.

O cacique Catriel vinculou sua aliança com os portenhos à divulgação de informações importantes sobre seus adversários ou inimigos. Ao explicitar os contatos entre Urquiza, Calfucurá e Cachul, trocou esta informação pela confiança do governo de Buenos Aires. Expediente utilizado durante todo o século, procurou potencializar sua força, citando os importantes caciques do sul argentino como alinhados ao inimigo de seu aliado. Com a denúncia, procurou criar uma representação política sua que se contrapunha à daquelas

etnias alinhadas com a Confederação, apresentando-se como a solução para uma situação que se delineava desconfortável aos portenhos.

Ao enfatizar a aliança entre os Ranquel, Calfucurá e Urquiza, o cacique também potencializou seu conhecimento sobre a situação política argentina no período. Citar nominalmente o presidente da Confederação Argentina e associar sua imagem à das etnias mais importantes e temidas dos pampas evidencia o claro entendimento que Catriel tinha da oposição entre os grupos *brancos* e a visão que estes tinham de determinadas etnias.

A negociação entre Buenos Aires e Catriel foi rápida e fácil, apesar dos termos impostos pelo cacique. O cacique recebeu um título militar, o de General e Cacique Superior das Tribos do Sul, motivo de inveja para as demais lideranças. Tantas honrarias, no entanto, não foram o resultado de uma mudança nas relações entre Buenos Aires e os indígenas, nem de um reconhecimento da força política que Catriel (não) tinha, mas uma forma de acalmar aquela etnia e criar uma barreira indígena às invasões. A opção foi por uma contenção militar com *índios*, em mais um tratado visto como urgente, porém vergonhoso. A forma portenha de lidar com os caciques e negociar a paz era sempre do ponto de vista do superior que se imaginava temporariamente tendo que ceder. Porém, os militares portenhos tentaram extrair o máximo possível da desfavorável situação e evitaram o fortalecimento excessivo de Catriel, “que mais tarde poderia ser outro Calfucurá”³, segundo um dos comandantes.

Buenos Aires era constantemente informada da união militar entre o governo da Confederação e os principais caciques do sul, mas não conseguia atraí-los à sua esfera de influência, neutralizar sua força, nem tampouco entender a forma como os ataques eram coordenados e qual seu principal objetivo.

O plano para a derrubada do governo portenho e a inserção daquela província na Confederação Argentina dependeu da participação indígena para seu sucesso, pois a estratégia de Urquiza esteve baseada na exaustão das tropas portenhas.

Os caciques não foram apenas fornecedores de tropas auxiliares para o exército confederado: sua ação desestabilizadora durante todo o ano desguarneceu a fronteira e

abriu espaço para a vitória de Urquiza. Os líderes indígenas, membros ativos da Confederação há mais de cinco anos, optaram por aprofundar esta relação, contando com a retribuição política e militar após a vitória. Sabiam que o ocaso confederado levaria ao poder homens cuja visão sobre o indígena era negativa e optaram por auxiliar os que os consideravam aliados e ofereciam as melhores condições territoriais, políticas, militares e materiais, além da *civilização*, também oferecida pelos portenhos.

A vitória de Urquiza, em 1859, modificou as relações entre o governo e as etnias. A historiografia nos apresenta o período entre 1859 e 1861 como um momento de instabilidade após a submissão forçada de Buenos Aires. De fato, Urquiza foi obrigado a rever o enfoque dado aos tratados de paz com os caciques, pois um de seus principais trunfos, a troca da paz na Confederação pelas invasões a Buenos Aires, era inviável.

Há pouca documentação do período. Supondo-se que as relações entre caciques e *brancos* tenham sido mantidas como eram antes, pode-se imaginar que alguns líderes menos afeitos a invadir, como Catriel, tenham permanecido em paz. Entretanto, o que houve com os Ranquel é um mistério e as ações de Calfucurá parecem ter sido em direção da manutenção da onda de invasões como forma de pressão por vantagens econômicas.

Em setembro de 1861, as tropas de Mitre e Urquiza se enfrentaram novamente e o primeiro sagrou-se vencedor, unindo a Argentina sob a marca portenha. A queda de Urquiza gerou um duro impacto às etnias do sul, que foram forçadas a rever os tratados então assinados e passaram a enfrentar uma política mais agressiva por parte do novo governo.

Ao compreenderem a força política e militar representada pelos líderes indígenas, portenhos e confederados buscaram se aproximar deles ou anulá-los. Os dois lados, independentemente da estratégia adotada, reconheceram o poder militar concentrado nas mãos dos caciques do sul e o poder político que desfrutavam diante de milhares de indígenas. Com um contato mais intenso do que jamais ocorrera, descobriram os interesses políticos, econômicos e territoriais dos caciques. Estes, por sua vez, souberam usar a negociação e o conflito na busca por reconhecimento político, legitimidade territorial e poder

econômico, aprendendo a lidar com as lutas das elites e a encontrar estratégias para conservar suas terras, consideradas *desertas*, e suas populações, tidas como *bárbaras*.

A inserção das terras indígenas na esfera jurídica *argentina* e o controle e *civilização* dos *índios* eram consenso entre políticos e militares *brancos*. Porém, as estratégias utilizadas para a conquista territorial e populacional variaram entre os grupos *brancos*.

A década de 1850 foi marcada por violentas invasões contra a Província de Buenos Aires, o que contribuiu para o início da gestação, entre políticos e militares daquela região, de uma proposta genocida⁴ para o que entendiam como *o problema indígena*. De outro lado, as políticas de aproximação personalista⁵ de Urquiza conquistaram o apoio e a amizade indígena a partir do reconhecimento político. Estas situações particulares contribuíram para a construção de imaginários sociais⁶ distintos entre as regiões argentinas. No final da década de 1870, a proposta de extermínio, gestada em Buenos Aires, prevaleceu, nas *Campanhas do Deserto*, ações militares que exterminaram dezenas de milhares de *índios* e submeteram os demais à tutela estatal, ao confinamento em reservas e ao trabalho de baixa qualificação no campo e nas cidades, liberando 15.000 léguas para a agropecuária exportadora.

¹ Por fronteira, entende-se como uma região em que “se constituem e cristalizam processos múltiplos e interconectados, razão pela qual esta não pode ser entendida apenas como um limite que marca distâncias, mas também como o espaço onde os diferentes se conhecem dando origem a um verdadeiro processo de mediação cultural”, in TAMAGNINI, Marcela. “La frontera del Rio Cuarto: espacio de la distancia y la mediación social (1850-1880)” in *CD Ethnohistoria*. Buenos Aires: NAYA, 2003., p. 5. A este termo, associa-se o de “zona de contato”, elaborado por Mary Louise Pratt: “espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada”, in PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierrez.

² Archivo General de la Nación. Sala X. Legajos 19-6-5, 02/04/1857.

³ Archivo General de la Nación. Sala X. Legajos 27-7-6, 26/03/1858.

⁴ Esta pesquisa utiliza a terminologia como proposta por Pierre Clastres. Segundo o autor, “essas duas atitudes distinguem-se quanto à natureza do tratamento reservado à diferença. O espírito, se se pode dizer, genocida quer pura e simplesmente negá-la. Exterminam-se os outros porque eles são absolutamente maus. O etnocida, em contrapartida, admite a relatividade do mal na diferença: os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto”. CLASTRES, Pierre. “Do etnocídio”, in *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 83.

⁵ Análises em torno da figura do caudilho e da importância das relações pessoais na política argentina podem ser encontradas em GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

⁶ Bronislaw Baczko e Raoul Girardet são alguns dos autores a trabalhar com o conceito de imaginário social, e alguns de seus textos são referência: BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social” in *Enciclopedia Einaud*, Volume 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985; e GIRARDET, Raoul. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, s/ data.